

A TRADIÇÃO FILOLÓGICA REVISITADA

Silvia Maria Kutchma

(FFLCH/USP, Depto. de História, Pós-doc)

ABSTRACT

The idealist philosophy had a dual role contradictory: opened the new field of science and decided the contents that science had to discover at the end of the 17th century. Through the analysis of the Greek tragedy was in fact endorsed a philology of history. The “Das Altertum Wissenschaft” was born in Germany and it is renominated Philology by A. Boeckh. This was born at the same time that the theories of tragic. In its beginnings, introduces in Germany, then in Italy and in France, a combative relationship between philosophy and philology (or the science of history). The conflict has developed on the conceptual ground opened by philosophy with the goal of “chronicle” ideas free of speculation. Reading “scientific” of Greek tragedy says long dominated the whole form of philosophical inspiration. However, the question of the meaning and relevance of the concept of Tragic are made for walking again and again. This paper aims to historicize the path that science called philology of beginnings to contemporaries.

Keywords: Philology, Philosophy, History, Tragic

No fim do século XVII nascem ao mesmo tempo a filologia e as teorias do trágico. A filosofia define as tarefas de uma ciência com uma organicidade própria que, além da erudição, se interessa concretamente pela individualidade real das obras e das culturas, pois, após o surgimento da terceira crítica de Kant, a filosofia teve condições de se interrogar sobre o significado das individualidades históricas, entendidas como epopéia, poesia lírica e tragédia antiga. Esta ciência apresenta-se como uma saída para a Querela entre Antigos e Modernos, pois uma racionalidade particular é reconhecida no seio de cada produção histórica dotada idealmente de uma forma de sistematização concreta. A “Ciência da Antiguidade” nasce na Alemanha e é rebatizada filologia por A. Boeckh.

Paralelamente, a filosofia desenvolve, sem recorrer à filologia, uma teoria da verdade própria às produções estéticas: uma teoria do trágico. A razão disso não é histórica, a filosofia se interessou pela tragédia como símbolo de um problema especulativo a ser resolvido:

... assim, a luta do herói contra seu destino, reformulada por Schelling em termos de afrontamento entre liberdade e necessidade, designa, sobre um modo apenas indicativo, o ponto de uma reconciliação conceitual entre os pólos ainda desarticulados de uma teoria geral da realidade, pois que se reconhecem os termos do problema deixado aberto por Kant com a oposição do determinismo próprio à realidade física (segundo a primeira *Crítica*), retomados sobre a palavra “necessidade”, e a atividade livre do sujeito (com a liberdade posta pela segunda *Crítica*). O trágico declina segundo interpretações diversas de novos sistemas, assinalando a necessidade e a possibilidade de uma resolução da aporia. (JUDET DE LA COMBE: 1999, p. 185)

A filosofia idealista tem então um duplo papel contraditório: 1) contra as teorias do conhecimento histórico do iluminismo, permite abrir o campo de uma ciência nova; 2) no movimento inverso, decide os conteúdos que esta ciência terá que descobrir. As teorias do trágico tendem a definir o sentido do evento radical que é a catástrofe trágica e as fontes em termos de concepções modernas do devir. Isso é advindo do conceito de crise, que através da análise da tragédia grega foi de fato visada uma filosofia da história, cujas orientações profundas foram na realidade empregadas por diferentes tradições teológicas da redenção.

A filologia não produzirá por ela mesmo novos conteúdos teóricos, ela se interditará mesmo de o fazer, pois ela se considera de início como uma ciência dos fatos, se dando como tarefa estabelecer, de maneira crítica, as condições reais de emergências desses conteúdos. Vê-se então se desenvolver uma produção científica de fato híbrida, se aplicando de um lado para reconstruir em detalhe o sentido e o contexto histórico das tragédias, utilizando, como quadro geral de interpretação, versões mais ou menos secularizadas de teorias do trágico. (JUDET DE LA COMBE: 1999, pp: 185-186)

Judet de la Combe reconhece duas tendências maiores a partir do conceito moderno de “crise”, saído da teoria idealista da tragédia, que tem dois pólos, um *polo objetivo*, o mundo tomado tal como ele é antes da catástrofe, e um *polo subjetivo*, a impossibilidade do herói superar a crise. As análises têm tendência a privilegiar um ou outro polo. De fato, coloca-se o acento ou bem sobre os conteúdos da ação; ou colocar-se-á o acento sobre o fato que um indivíduo, por razões obscuras, empreende tal ação e perde nisso sua identidade. Segundo o primeiro modelo, têm-se as interpretações do tipo “historicistas”, que reconhecem na tragédia a passagem dolorosa e catastrófica de uma ordem antiga a uma nova ordem: é a leitura de Hegel, e de autores contemporâneos como Kurt von Fritz, de Harald Patzer, entre muitos outros. São também os modelos subjacentes às interpretações de Jean-Pierre Vernant. No segundo modelo, tem-se as interpretações que mostram na tragédia a impossibilidade de instaurar uma ordem normativa justa, já que toda tentativa de instauração nova deixa-se desencadear o desastre, a violência e a injustiça radicais. Judet de La Combe reconhece nisso as interpretações

de Karl Reinhardt, mas também a leitura de Walter Benjamin, com uma inversão todavia; Benjamin evita conduzir ingenuamente o drama a um plano de fundo mítico já dado, substancial. Sobre um modo nitidamente mais adocicado e menos ligado com a realidade histórica, reencontra-se a ideia de um herói de início vítima nas leituras recentes ditas “pós-estruturalistas” da tragédia, que reenviam às definições do Trágico que Hegel rejeita, a saber aquelas que insistem sobre o caráter insuperável da contradição trágica (cf. Goethe, Hölderlin, Solger).

Em seus primórdios, instaura-se na Alemanha, depois na Itália e na França, uma relação conflituosa entre filosofia e filologia (ou ciência da história): os filólogos-historiadores procuraram se desprender de uma concepção especulativa de seu objeto, fazendo da tragédia, do mito, da língua, do direito, domínios que tiram seu sentido da própria história e não de uma idéia subjacente. Mas o conflito, que estava ligado a jogos institucionais, à reivindicação de uma autonomia da ciência histórica face à filosofia, se desenvolverá sobre o terreno conceitual aberto pela filosofia, com o objetivo de “historiar” as idéias livres da especulação. A leitura “científica” da tragédia grega se diz há muito tempo emancipada de toda forma de inspiração filosófica. Todavia, a questão do sentido e da pertinência da noção de Trágico retorna sempre à pauta. Um acontecimento cultural tão complexo como a tragédia ateniense não se deixa subsumir sob um único conceito, nem uma produção histórica deixa-se reduzir a um conteúdo definido de maneira quase *a priori*. De outro lado,

é chocante que a cada vez, a filosofia seja utilizada não apenas para criticar uma ciência muito confiante em si mesma, mas, de maneira mais crítica ainda, para destruir a ilusão de um objeto histórico estável e fechado que esta ciência teria tratado: nessas leituras, a tragédia, em lugar de funcionar como o símbolo de uma integração conseguida pelas tensões que ela desenvolve, é considerada ao contrário como expressão de uma dissonância primordial: vontade *versus* representação para Nietzsche, depois de Schopenhauer, ser e aparência para Karl Reinhardt, significante e significado para os intérpretes pós-estruturalistas, idéia de um “drama violento do *logos*” para Simon Goldhill. (JUDET DE LA COMBE: 1999, p. 186)

Com relação à filologia, Simon Goldhill discorre em um de seus artigos sobre a influência que teve o debate entre Nietzsche e Wilamowitz acerca de *O nascimento da tragédia* em todo o século XX, afirmando que para entender as abordagens modernas da tragédia deve-se primeiro esboçar o lugar da filologia que tem dois projetos principais: 1) estabelecer os textos o mais perto possível dos originais que foram transmitidos pela tradição manuscrita, comparando e contrastando a linguagem de uma peça com outras peças de seu *corpus*; 2) analisar semântica e gramaticalmente a complexa linguagem da tragédia diacronicamente com a história da literatura grega e sincronicamente com a escrita do século V. Estar historicamente ciente, ler a linguagem dos textos antigos, e compreender como a linguagem desses textos é transmitida para a era moderna, é uma parte essencial da disciplina dos Clássicos, e um

necessário elemento de qualquer estudo sério do drama antigo. A diligente análise da linguagem antiga depende não apenas de um positivismo muito comum no esforço intelectual do século XIX, como também de uma fixa assunção sobre a linguagem que raramente recebeu a atenção crítica devida. O estudo da linguagem literária — o papel da ambiguidade e da ironia, o papel da leitura na produção de sentido, o significado dos modos construídos com um texto — movem para longe de certas anotações vitorianas. O estudo da lingüística como uma disciplina, da filosofia da linguagem e da sociologia do criticismo habilitou a crítica recente a explorar o estudo do século XIX como uma ciência progressiva, acusando-o de anacronismo com relação aos textos antigos. Nem por uma filologia que falha ao questionar seu débito para com a tradição vitoriana do positivismo, nem por Clássicos que esperam passar sem a filologia pode ser adequado estudar a tragédia grega.

O criticismo moderno constituiu-se como uma reação contra uma concepção limitada de filologia que separa o campo da análise lingüística de uma interpretação mais ampla concernente ao texto e tem um tipo de debate que requer uma aproximação mais sintética ou temática. O estudo de Karl Reinhardt está neste caso e teve uma notável influência nos estudos de tragédia grega. Este tipo de abordagem foi chamada ao mesmo tempo “New Criticism” na América e na Inglaterra com I. A. Richards, T.S. Eliot, John Crowe Ransome, W. K. Wimsatt, Cleanth Brooks, cujas contra-senhas eram a “coerência” e a “integração”, termos usado contra as práticas das edições filológicas. O New Criticism considerou um poema como um objeto auto-suficiente, como um ícone, visando descobrir o poema em sua estrutura ao invés de se preocupar com a biografia ou com os sentimentos do autor, olhando para as tensões ou ambivalências dentro de um poema e tentando explorar por *close reading* como tais tensões eram integradas ou resolvidas na estrutura do poema. Tal como o New Criticism, Reinhardt escapa dos confins da história. No estudo de Sófocles, Simon Goldhill destaca também os trabalhos de H. D. F. Kitto, Maurice Bowra, Cedric Whitman, R. P. Winnington-Ingram, B.M.W. Knox e Sir Richard Jebb. Simon Goldhill afirma que todos os leitores de tragédia lêem de uma determinada posição, uma posição que está em débito com devidas influências. A questão é como explicar quão sofisticada e quão autoconsciente pode ser a discussão dessa posição.

A relação entre antropologia e clássicos foi longa e turbulenta. O mito clássico e a religião foram um fator fundamental no desenvolvimento da antropologia como uma disciplina. A antropologia frequentemente destaca exemplos clássicos e revitaliza a área de estudos clássicos. Isto é mais evidente ainda no estudo da tragédia. Primeiramente, Goldhill se refere ao Cambridge Ritualist, um grupo de antropólogos e classicistas centrados em Cambridge de grande influência na primeira metade do século XX que entendia a performance da tragédia como um *ritual*, usualmente conhecido como “espírito anual” ou teoria do *eniautos daimon*, do qual Gilbert Murray foi o membro mais influente. Suas abordagens foram completamente desacreditadas em sua forma, mas influenciaram muito os

chamados discípulos de Nietzsche que também trabalhavam com as obras de Durkheim, van Gennep e Marcel Mauss. O sucessor de Murray é E. R. Dodds com seu famoso livro *Os gregos e o irracional*. Influenciaram também Walter Burkert e René Girard. O grupo dos Cambridge Ritualist, Girard e Burkert que abordam a tragédia do ponto de vista da cerimônia são criticados por seu apeço às chamadas “grandes teorias”.

Há uma vertente francesa que utiliza a antropologia estrutural para compreender a cultura grega e o festival trágico. Seu pai fundador é Louis Gernet, que trabalhou com sociólogos famosos como Durkheim e Mauss. Gernet não publicou quase nada em tragédia, mas seus artigos sobre religião e leis foram muito lidos por especialistas. Em 1948, seu seminário inclui Jean-Pierre Vernant que se tornou a pedra de toque desse grupo. Vernant mapeia muitas áreas da cultura grega – instituições sociais, história intelectual, formação ideológica, função e sentido do mito – e escreve sobre tragédia junto com Pierre Vidal-Naquet tendo em conta três aspectos históricos da tragédia: primeiro, ele analisa a tragédia como uma instituição democrática da *polis*; segundo, como um particular e novo gênero da produção estética; terceiro, analisa a contribuição da tragédia para a história do “self”. Vernant tenta mostrar que a tragédia tem lugar com uma conjuntura histórica específica em um *momento* específico: a tragédia surge em um momento crucial de conflito entre o sistema arcaico religioso, sua visão da ação humana e o sistema democrático legal e político. A forma estética da tragédia para Vernant está integrada a seu momento histórico. Em seu melhor, as críticas baseadas antropológicamente ajudaram a descobrir caminhos para a tendência polarizada da literatura grega relatada em rituais organizados no drama, concernente a uma ordem e desordem sociais. Em seu pior, mecanizaram as polaridades catalogadas para tentar fazer da complexa narrativa da tragédia uma simples grade ritual. O mesmo não se deu em outras áreas culturais onde a antropologia estrutural proveu de fundamentais insights.

Os estudos que se desenvolvem fora das bases antropológicas, que percebem o teatro como um drama social, opõem-se também ao criticismo que considera a tragédia como “literatura”. Contudo, a arte do palco e o criticismo da performance têm no estudo do teatro grego muitas impossibilidades por carência de informações precisas como demonstra Simon Goldhill em uma enumeração das dificuldades que apresentam essas formas de abordagem, apesar de a antropologia ter fornecido algumas bases importantes, tais como o do estudo das pinturas em vasos. As peças são escritas para performance é o ponto de partida para a discussão tanto da abordagem antropológica quanto do criticismo da performance. Essas são duas respostas necessárias para o acontecimento da tragédia.

A psicanálise da tragédia grega é outro tipo de abordagem que Goldhill investiga sumariamente no material levantado. A sedução do modelo freudiano sem dúvida continua a ter campo na crítica da tragédia. Resta saber se críticos que trabalham com tal comprometimento metodológico podem dar conta dos problemas levantados por historiadores e antropólogos que compreendem as categorias mentais e as categorias da mente. A descrição

da personagem envolve ao menos a mobilização implícita de modelos psicológicos, por mais que alguns desgostem da teoria psicanalítica.

O pós-estruturalismo, a teoria da recepção, a teoria dos gêneros e os *cultural studies* são as outras abordagens relacionadas sumariamente por Simon Goldhill, que termina seu capítulo e o livro editado por Cambridge com uma seção na qual ele se inclui: a história e políticas da leitura...

‘A história e políticas da leitura’, contudo, foi escolhido como título para esta última breve seção também porque eu posso finalmente reenfatizar que nas páginas precedentes minha abordagem crítica das abordagens críticas foi também totalmente autoconsciente, seletiva e polêmica – parcial em todos os sentidos. Isto não só por causa da restrição de espaço, claro, torcendo entretanto tal moldura para uma grande variedade de material. É também porque não é possível – contudo judicioso e responsável como um crítico pode ser – oferecer uma visão neutra de tal teleológico projeto como uma história das modernas abordagens críticas da tragédia. Como crítico literário moderno, eu sou parte do que eu estou descrevendo. Existe um ponto mais importante a destacar aqui que é um reconhecimento apoloético ou astuto que eu possa ter tido com alguns (amigos). A crítica literária clássica frequentemente resistiu à discussão de assuntos teóricos. Neste livro, também, isto é o capítulo final, uma consideração final. Ainda a metodologia não é um suplemento da leitura; a teoria não é oposta à prática. Uma metodologia é o que se faz lendo - qualquer leitura - possível. Cada um dos precedentes capítulos deste livro foi o instantâneo de uma posição metodológica, mais ou menos explicitamente considerada. Teoria crítica - a discussão de tal metodologia - é um fator necessário em qualquer compreensão crítica de tragédia grega. Desde este livro, que é dedicado a ajudar leitores a desenvolverem uma compreensão crítica, ‘abordagens críticas modernas’ é inevitavelmente nosso projeto compartilhado e interminável. (GOLDHILL: 1997, p. 346)

Segundo Jean Bollack, o filólogo tem por objetivo último conseguir determinar o ângulo que responde a uma tomada de posição histórica no seio de uma dada cultura. A hermenêutica não é menos crítica em se interrogando sobre sua própria demanda e se abrindo a uma dimensão teórica sobre os pressupostos de sua prática, e não menos crítica quando inclui a confrontação das visadas e as escolhas, explicáveis ou não, que determinam os resultados discutidos. Isso porque ela é inseparável de uma história da prática. Mas a hermenêutica pura, tal qual Jean Bollack diz praticar, que engloba senão a totalidade, ao menos uma larga parte dela, em vista de outra finalidade que é a compreensão dos textos e dos sistemas de pensamento, não tem tradição forte que lhe seja própria na França. Deste ponto de vista sua demanda tem então sido fundadora.

É necessário que em certo momento os antropólogos se achem confrontados por uma filologia nova que se defende como uma ciência autônoma. O que é extraordinário no que ocorre é que uma nova perspectiva possa ser conduzida por um método clássico que remonta ao idealismo alemão. De fato, Bollack pensa que as ultrapassagens se fazem por uma

forma de purificação intelectual de disciplinas e de dentro: não vem de fora, como da antropologia, por exemplo. Ela é evidentemente crucial. A antropologia é hoje uma referência universal, quer se trate do mito ou de qualquer outro tema. Todavia, o que é o mito, como ele se transforma no interior de uma civilização, eis questões que concernem primordialmente à filologia: elas são o motor; mas o termo antropologia tem, ele também, várias acepções que convém distinguir. É claro que um trabalho filológico como o da escola de Bollack supõe o conhecimento dos ritos, das crenças e de todas as representações que perfazem o transfundo das crenças. É o mundo no qual os autores escrevem que é verdadeiro nas delimitações culturais de uma ampla autonomia. Dele permanece não menos que representações largamente tributárias às mediações culturais das quais apenas a filologia detém a chave. O olhar que sabe constituir a partir de um ponto fixo, de uma inserção histórica, entra facilmente em conflito com os esquemas construídos.

Para Bollack, na tradição francesa, Benveniste lê os textos, mas não os interpreta verdadeiramente. Pois é preciso colocar a questão do estatuto do texto: partimos da base da discussão do estatuto da filologia, mas se pode esquivar do estatuto que está de acordo com o texto estudado. É o texto um documento que se consulta para tirar informações sobre a sociedade que o produziu? Para Bollack, é de início e antes de tudo a tomada de posição de alguém em um contexto cultural dado, servindo-se de conceitos pré-formados e socialmente determinados, mas os transformando talvez. Não se pode compreender o autor sem o contexto cultural, mas o criador leva vantagem pois que propõe também um olhar imprevisto sobre a coisa.

A distância em relação à tradição pode ser a condição da reflexão. A filologia tem de início de se perguntar como é estabelecido conhecimento desta matéria, como, através de gerações, se formou a leitura corrente da obra. E se é uma perspectiva nova. É possível dizer o que é a obra (o texto) procedendo por uma leitura direta, sem fazer também o desvio pelas condições de constituição das tradições de leitura. Não se pode se sentar em uma poltrona e dizer: agora eu vou tentar compreender a obra. Pode ser feito, certamente, mas isso não é suficiente. Há condições pressupostas, pois o texto do qual nos dispomos é produto de uma história.

É um imperativo epistemológico: não se pode falar de um objeto sem saber como ele foi fabricado na história. É um dos pontos que separa Bollack de Vernant, menos distante de Vidal-Naquet, por ser este um historiador, enquanto aquele funciona mais como um antropólogo, conforme vimos. Não é suficiente ter um olhar antropológico para renovar a compreensão de um mito antigo, se se herda este mito pelo caminho de uma interpretação do século XIX que não foi reanalisada. É preciso atravessar todos os estratos de leitura superpostos.

Bollack concebe este método filológico como uma relação triangular: é preciso ir para o objeto sabendo que este objeto é necessariamente mediatizado. Há sempre intermediários dos quais se depende e não se pode ultrapassar senão indo em direção ao próprio texto, em um modo de redução, *index* provavelmente orientado pela fenomenologia husserliana. A relação é

com um objeto cultural: original e utilizado, puro e alterado, complexo e simplificado. Mesmo que o objeto tenha muitas interpretações, como doze ou treze interpretações apenas de uma frase, é a ocasião de sublinhar a importância que toma aos olhos de Bollack a sintaxe no combate pela fixação do sentido: sem ela, não se pode nada fazer.

Mesmo eliminando as interpretações que desprezam as regras da sintaxe, restam ainda várias sustentáveis. É preciso que a construção linguística adquira o estatuto de uma evidência semântica pela afirmação de um conteúdo; em seguida, a significação desse conteúdo parece poder se fazer objeto de interpretações diferentes. Ainda não é certo se se tem o horizonte e o limite semânticos delimitados pelo texto. Mas um sentido estabelecido no seio de uma construção de conjunto pode ser desprezado e submetido a outros interesses em outros contextos.

As pesquisas de Bollack coincidem com a tomada de consciência que existiria um significado próprio ao texto. Os princípios de método expostos por Bollack seriam válidos não apenas para a tragédia grega. A originalidade dos trabalhos de Bollack, por suas próprias palavras, consiste no interesse com que ele toma não apenas os fragmentos mas também seus contextos, as condições de sua transmissão e os modos de apresentação de doutrinas na história antiga da filosofia. Opondo-se às concepções quase místicas de Heidegger e dos que o seguem, o esforço de Bollack é o de reconstruir os sistemas, procurando estabelecer o sentido, isto é, determinando precisamente o que as frases querem dizer e o que a obra pode significar. Para além do sentido literal, descoberto em um *mot-à-mot* complicado, há um segundo nível para o qual se pode reservar um outro termo: um acesso ou a significação. Trata-se então da significação de um texto na cultura à qual pertence e ao seio de uma tradição — ao mesmo tempo em que significa no e por seu meio (eventualmente distinto da sociedade global), e o sentido também que ele atribui a si mesmo: os autores tomam posições em relação à tradição cultural na qual se inscrevem. A noção de intertextualidade, a saber, a idéia de que um criador está sempre no interior de uma tradição que ele utiliza e reutiliza, é essencial aos olhos de Bollack. Ele parte de dois grandes princípios, que permanecem no fundamento de sua demanda. O primeiro é uma espécie de ceticismo; muito cedo, Bollack sentiu-se espantado com o caráter peremptório de certas afirmações e pensava: não é suficiente afirmar assim ou repetir, é preciso verificar, por isso, o interesse pela doxografia (compilação de doutrinas filosóficas) e mais geralmente pelas condições de constituição da matéria. O segundo é a convicção da coerência de sistemas de pensamento ou de obras: é preciso então compreender como as coisas têm conjunto, segundo sua própria estrutura. Este é o sistema que se pretende alcançar, que manifesta ao mais alto ponto a preocupação com a precisão. Bollack parte do estruturalismo para construir suas próprias estruturas, de forma diferente. Isso não é possível enquanto não se capturou a intuição fundamental, o princípio de cada sistema. Cada um dos autores tem sua própria cosmologia. É preciso também a cada vez reparar o centro a partir do qual o sistema se decifra. A questão essencial da filologia de Bollack:

será melhor definir, enquanto mesmo que se compreende, a significação do próprio ato de construir. Poder-se-ia certamente imaginar que as determinadas maneiras de organizar o mundo, por diferentes que sejam, obedecem a leis, que existem regras que permitem subsumir todas as cosmologias da Grécia Antiga, por exemplo. Se o sistema não pode ser reconstruído, é porque ele nunca existiu. Para Bollack, este seria o caso de Heráclito. As afirmações sobre a carência de fragmentos são de natureza especulativa e não pertencem a uma crítica radical.

A paleografia repousa, tradicionalmente, sobre a constituição de *stemmata* (árvore genealógica, ou origem antiga) de tipo genealógico: distinguem-se famílias de manuscritos que são repartidos segundo sua qualidade para constituir uma ou várias tradições consideradas fracas. Bollack pensa, ao contrário da escola inglesa, que se dispõe de critérios objetivos que permitem considerar certos manuscritos melhores que outros. A concepção da “contaminação absoluta” participa de uma corrente muito em voga das teorias da literatura atuais que fazem da polissemia um dogma, estimando que todos os sentidos são igualmente pertinentes. Bollack é antípoda desta visão das coisas, pois busca saber o que é e não o que poderia ser. Uma vez posta a existência desta tradição forte, não se imagina que ela não contenha erros, deficiências, que em certos casos não se pode restabelecer a frase original. Quase sempre vale mais se abster de escrever do que se lançar em um acrobático jogo de conjecturas; Bollack não preenche lacunas, a salvo em caso de fortes índices que permitam fazê-lo com alguma segurança.

A questão de se estar ou não dentro de uma determinada tradição, ou de se poder tomar distância suficiente de sua própria tradição, é para Bollack a questão de dependência institucional. De qual liberdade de manobra se dispõe no interior de um contexto cultural dado? O que o autoriza ou o que o interdita e por quê? Por qual razão, por exemplo, nenhum teatro da Europa montou Eurípidés no século XIX, e nem poderia tê-lo feito? No que concerne à tragédia, não se pode validamente se aproximar sem levar em conta o fato que a teoria deste gênero literário, e também o que se chama “o trágico” hoje, são invenções do século XIX, quase exclusivamente na Alemanha. Esta concepção datada é ainda a nossa. O que convém saber é o que foi a tragédia para os Gregos da Antiguidade e não para Hegel, para poder entender o que pode ser a tragédia hoje. Um Édipo ou um Agamêmnon não podem conservar sua integridade tradicional. Pode-se perguntar se um dia puderam! É preciso dizer que a tragédia se aprofunda retornando sobre si mesma, e esta reflexão é feita duas vezes: por colocar à distância heróis tradicionais, lançando-os à periferia, perto da aniquilação dos confins, de início; depois, em contraponto emanando do centro da cidade, pela reflexão – gnômica, mitológica, lírica – do coro que comenta a ação. De modo que a tragédia ultrapassa os dois lados de seu tema, tal como foi tradicionalmente formada.

Todavia, na maior parte do tempo, as obras estão submetidas a uma normalização, cuja intenção era evitar que ela não signifique o inesperado e o chocante (segundo os critérios dos interpretes modernos). Contra a história, se joga com a carta de eternidade; contra a invenção, a carta da norma. É mesma

dificuldade encontrada pelos encenadores: como fazer passar um discurso que não corresponde ao horizonte do público para suscitar a compreensão? É preciso se valer de um texto “que passa”. Para evitar a tentação de normalizar e neutralizar, Bollack aplica sistematicamente dois princípios. O primeiro é abordar o texto sem idéia preconcebida, supondo que se ignora o que se pode descobrir — a compreensão pode vir rapidamente, ou após um breve intervalo de reflexão, mas é necessário respeitar imperativamente o momento em que não se sabe ainda. O segundo, é aceitar que o inesperado pode ser verdadeiro. Esta é a condição pela qual a descoberta pode surgir. É necessário admitir que o sentido possa ter sido aquele que, em um primeiro momento, tentou-se evitar como ridículo, inverossímil ou escandaloso. Naturalmente, tais interpretações provocam reações indignadas. Bollack acredita que para reencontrar o sentido da obra em sua força e singularidade é preciso resistir ao senso comum.

Mais do que formas e conteúdos, parece necessário esclarecer o sentido da obra por suas condições de produção: perguntando-se, por exemplo, de que grau de liberdade de criação um determinado autor trágico podia dispor. Partindo, não da sociedade que seguramente está lá e tem um determinado sentido, lançar o olhar para a compreensão da sociedade através das dificuldades que opõe aos criadores que trabalham para transformá-la. Isso significa proceder do interior da obra para o exterior. Há uma decalagem, uma variação de ângulo, entre o criador e sua própria cultura, pois ele é tanto tributário de sua tradição quanto mestre dela: jogando com tradição, ou mesmo contra ela. Quanto melhor o criador, maior a capacidade crítica. Bollack é acusado muitas vezes de fazer a hipótese do sentido ou de ter um fetichismo do sentido, por tentar chegar à questão primordial do sentido. Todavia, Bollack não pretende deter o sentido, segundo suas próprias palavras: *Je dis seulement qu'il y a un, qu'il faut le chercher et que cette recherche est difficile.*

Neste sentido, talvez Bollack possa ser inserido na tradição desenvolvida por Karl Reinhardt ainda, pois para Reinhardt a crítica é o contrário da dúvida, ela nega. Acusar, celebrar, essa é a significação: pensar por oposição. Mas estas oposições não foram inventadas por Ésquilo, exemplo da análise de Reinhardt; já vem de longo tempo, dos pensadores filosóficos e místicos dos séculos VI e V, eles constantemente as apresentam ao espírito. Ele então se agita frente a todos os princípios, vida e morte, ser e não-ser, aparência e verdade. O “indeterminado” de Anaximandro, no testemunho de Théophrastes está ligado de onde cresce e onde se anulam os contrários. Segundo Heráclito, as oposições da alma e do *cosmos* virão coincidir com a “Harmonia” e a “Discórdia”, suas fontes primeiras, no Uno ou em Deus. O ser parmediano tem suas raízes na existência humana pensada, ela mesma, como o lugar e o fundo da geração e da corrupção. Enfim, em Empédocles, os contrários cercam a alma humana do seu nascimento ao lugar do seu castigo. Não seria à toa então que Jean Bollack tem uma obra extensa dedicada à tradução e análise de Empédocles de Agrigento.

Tanto para Bollack como para Pierre Sauzeau, é preciso criticar as

pesquisas que se pautam pela busca das origens e falseamento das conclusões decorrentes desse tipo de estudo. Sauzeau também critica, com ressalvas, a escola de Cambridge, do mesmo modo que faz Simon Goldhill. Acusa essa linha de pesquisa de comprometer o “progresso” da reflexão por “simplificações abusivas e uma tendência lamentável em confundir um rito ‘primitivo’ e a criação complexa que constitui o drama grego”, causando a redução artificial do significado do fenômeno. Segundo o autor, o aporte ao estruturalismo é determinante para evitar essas reduções e simplificações. Sauzeau faz referência à relação pouco clara entre a tragédia e Dioniso a partir do provérbio “*oudèn pròs tòn Díónyson*” (“nada a ver com Dioniso”, segundo sua tradução) e à etimologia obscura da palavra *tragóidia*, indicando que a única opção séria para o estudo é partir de textos antigos tais como a *Enquête* de Heródoto e a *Poética* de Aristóteles. Como exemplo da reação contra a escola de Cambridge, cita a tese radical de Else que recusa determinantemente qualquer relação entre Dioniso e a tragédia e demonstra a contradição da tese do feriado nas Grandes Dionísias de Oliver Taplin. Nisso também Sauzeau está de acordo com Simon Goldhill, pois que este tem uma ampla crítica a Oliver Taplin.

Resta-nos atentar para visão crítica de Edith Hall considerando que a grande inovação no estudo da tragédia grega nas últimas três décadas foi a escavação de sua história e topográfica especialidade. “Tragédia clássica grega” é agora denominada “tragédia ateniense do século V”. Considerando o “espírito helênico” o conceito desenvolvido pelo criticismo desde o século XIX até pouco tempo gera uma posição anacrônica e idealista. Esse ‘espírito helênico’ teria começado com a *Poética* de Aristóteles, ressuscitada pelos românticos e recebendo sua expressão definitiva com Kierkegaard, que pressupõe, segundo a autora, uma condição humana imutável, a “eternal verities”. Para sair desse impasse, é preciso entrar na doxografia e na análise crítica da própria teoria que se desenvolve a partir do século XIX e que tem efeito até hoje, inclusive em nossa própria visão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOLLACK, J. La tradition et ses strates: enquête philologique et création continuée. La tradition revisitée. Entretien avec Jean Bollack. *Europe. Revue mensuelle. «Les tragique grecs»*. Paris: 77^e année – N^o 837-838, janvier-février, 1999.
- HALL, E. The sociology on Athenian tragedy. In: EASTERLING, P. E. (ed.). *The Cambridge companion to Greek tragedy*. Cambridge: University Press, 1997, pp. 127-150.
- GOLDHILL, S. Modern critical approaches to Greek tragedy. In: EASTERLING, P. E. (ed.). *The Cambridge companion to Greek tragedy*. Cambridge: University Press, 1997.
- JUDET DE LA COMBE, P. Euripide et le tragique du non-tragique: à propos de l'*Hippolyte*, Pierre Judet de La Combe. *Europe. Revue mensuelle. «Les tragique grecs»*. Paris, 77^e année – N^o 837-838, pp. 183-200, janvier-février, 1999.

———. Entre philosophie et philologie. Définitions et refus du tragique. MORENILLA, C.; ZIMMERMANN, B. (Hrsg.). *Das Tragische*. Stuttgart/Weimar/Metzler, 2000, pp. 97-107.

SAUZEAU, P. Le regard de Dionysos. *Europe. Revue mensuelle*. «Les tragique grecs». Paris, 77^e année – N° 837-838, janvier-février, 1999.